

**BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

CNPJ 02.687.760/0001-44 - CCE 90606526-67

Fones (42) 3637-1044 / 9 9974-0404

BR 277 - Km 473 - CEP 85350-000 - Nova Laranjeiras - PR
contato@bmbconstrutora.com.br

OFÍCIO 014/2021

Nova Laranjeiras, 29/03/2021.

DE: BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP
À: PREFEITURA MUNICIPAL SULINA-PR

ILUSTRÍSSIMO SR(A) Presidente da comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sulina. A BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP, CNPJ/MF 02.687.760/0001-44, com sede na cidade de Nova Laranjeiras, estado do Paraná, sito BR 277 - KM 473, S/N, CEP 85.350-000, Telefone (42) 3637-1279, e-mail contato@bmbconstrutora.com.br, doravante denominada simplesmente Impugnante, vem respeitosamente à vossa presença, com fundamento na lei nº 8.666/93, apresentar a presente:

Referente o Edital TP 02-2021 - PMS

Conforme item 1, subitem 1.1, sobre questionamentos referente a este edital.

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

Pelos motivos fáticos e jurídicos expostos a seguir, esperando o seu completo acolhimento

I - Objeto da Impugnação

Comprovação de Capacidade Técnica Profissional, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica expedida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho competente, para item global conforme segue

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA
CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM GRAMA SINTÉTICA, ALAMBRADO E ARQUIBANCADA COM NO MÍNIMO 462 M ² DE ÁREA CONSTRUÍDA	1 (uma)

Exposto o objeto desta Impugnação, cumpre à Impugnante adentrar às suas respectivas razões.

II - Razões da Impugnação

Inicialmente, cumpre salientar que a licitação visa, por meio de processo público que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

Esta pode ser considerada a síntese da finalidade da licitação, produto da interpretação combinada do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal Brasileira com o art. 3º da Lei de

**BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

CNPJ 02.687.760/0001-44 - CCE 90606526-67

Fones (42) 3637-1044 / 9 9974-0404

BR 277 - Km 473 - CEP 85350-000 - Nova Laranjeiras - PR
contato@bmbconstrutora.com.br

Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, cujos respectivos teores a Impugnante ora transcreve:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, são ações que a um só tempo satisfazem tanto o interesse dos licitantes quanto o interesse público, consistente na capacidade de contratar e empregar bem o dinheiro público.

Um dos princípios que regem o processo de Licitação é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, entretanto não menos verdade é que ele não é o único, nem o mais importante princípio do sistema licitatório, tampouco goza de supremacia ou qualquer hierarquia em relação aos demais princípios informadores.

Bem assim, as situações concretas, a serem sanadas durante um processo de licitação, devem ser definidas em harmonia com todos esses princípios e não somente com base num ou noutro.

**BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

CNPJ 02.687.760/0001-44 - CCE 90606526-67

Fones (42) 3637-1044 / 9 9974-0404

BR 277 - Km 473 - CEP 85350-000 - Nova Laranjeiras - PR
contato@bmbconstrutora.com.br

A interpretação dos fatos e a solução das controvérsias devem sempre ser realizadas com especial atenção aos fins visados pela ordem jurídica ou pela própria norma de regência do instituto jurídico pertinente.

Para que o exame se faça adequadamente, deve se ter em mira a efetiva finalidade do instituto – e nesse caso o instituto referido é o da licitação – para que se avalie o fim pretendido e se busque a interpretação que mais se mostre consentânea ao objetivo perseguido, ainda que isso requeira a mitigação deste ou daquele princípio por parte do intérprete.

Pondo os olhos no sistema jurídico licitatório tem-se nítida a finalidade precípua da licitação, consistente na possibilidade de selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

A seleção dessa proposta mais vantajosa pressupõe, entretanto, uma série de outras ações. Nesse sentido, tem-se que medidas que impliquem ampliação da disputa, afastamentos de formalismos exagerados, condutas razoáveis e proporcionais, são medidas que favorecem a Administração e, conseqüentemente, favorecem ao próprio interesse público, porquanto se subsomem às normas jurídicas e com os princípios que lhes dão suporte.

Vê-se, com isso, que se de um lado uma decisão pode ser orientada pelo princípio da vinculação obrigatória ao instrumento convocatório, outra decisão pode – e deve – ser orientada pelos princípios da competitividade, da economicidade, da proporcionalidade, do interesse público.

Com efeito, enquanto a preferência da aplicação do princípio da vinculação obrigatória ao instrumento convocatório leva a uma decisão que restringe a disputa e reduz a possibilidade de a Administração conseguir selecionar a proposta mais vantajosa, a aplicação dos princípios da competitividade, da economicidade, da proporcionalidade, do interesse público, conduzem a uma solução que amplia a disputa, aumenta o número e a qualidade das propostas e, conseqüentemente, favorece a realização da finalidade da licitação consistente na seleção da proposta mais vantajosa e na celebração do contrato que melhor atende ao interesse público.

Não se trata, portanto, de negar validade ao princípio da vinculação obrigatória ao instrumento convocatório, porquanto se o reconhece como princípio da mais alta relevância, mas sim de empregar-lhe a interpretação mais consentânea diante da finalidade da licitação.

Conquanto as regras procedimentais devam ser seguidas, até para assegurar a isonomia entre os licitantes, não menos verdade é que o procedimento e o processo não podem se transformar no próprio fim da licitação, mas sim apenas em meio para sua realização, mantendo-se como instrumento tão somente.

Hely Lopes Meirelles define habilitação ou qualificação como sendo “o ato pelo qual o órgão competente, examinada a documentação, manifesta-se sobre os requisitos pessoais dos

**BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

CNPJ 02.687.760/0001-44 - CCE 90606526-67

Fones (42) 3637-1044 / 9 9974-0404

BR 277 - Km 473 - CEP 85350-000 - Nova Laranjeiras - PR
contato@bmbconstrutora.com.br

licitantes, habilitando-os ou inabilitando-os" (Licitação e Contrato Administrativo, 7. Ed., Revista dos Tribunais, p. 106).

Maria Adelaide de Campos França, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contrato", p. 113, diz:

"Qualificação técnica, por sua vez, é definida pelo citado mestre como conjunto de requisitos profissionais que o licitante apresenta para executar o objeto da licitação."

No entanto, cabe-nos informar que o teor dos artigos 27 a 29 tratam dos requisitos essenciais para dar início a um processo licitatório; no entanto, o artigo 30 dispõe sobre qual a documentação é pertinente para a comprovação da habilitação técnica, a seguir:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de

**BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

CNPJ 02.687.760/0001-44 - CCE 90606526-67

Fones (42) 3637-1044 / 9 9974-0404

BR 277 - Km 473 - CEP 85350-000 - Nova Laranjeiras - PR
contato@bmbconstrutora.com.br

responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Logo, com a análise do referido artigo 30 é clara a possibilidade de Órgão exigir o atestado de capacidade técnica, no entanto, a própria lei de licitação veda qualquer exigência de declaração ou atestado que extrapole as determinações em lei.

É evidente que no presente caso, a competitividade e consequente participação entre as empresas será prejudicada em razão desta limitação quanto ao atestado.

Assim, tendo a lei estabelecido as exigências e condições a serem cumpridas pelos licitantes, entende esta empresa que este edital não pode exigir de maneira global a execução do objeto, pois ao ler como o todo entende esta empresa que o Edital está direcionando a selecionar uma empresa que tenha executado todos os serviços de forma geral.

Sendo que, se analisado o objeto da licitação que é a mesma exigência do atestado de capacidade técnica, o mesmo apresenta três serviços distintos, GRAMA SINTÉTICA, ALAMBRADO E ARQUIBANCADA.

Logo entendemos que a comprovação de capacidade técnica segundo a Lei nº 8.666/93, poderia ser além de forma global, com a apresentação de atestados de capacidade técnica dos serviços individualmente.

Pode-se usar como exemplo que possuo capacidade de execução de grama sintética para espaços aberto, e também possuir um segundo atestado com a execução de um campo de futebol com alambrado, e por fim execução de arquibancada que é uma obra de alvenaria, poderia ser considerada como obra de semelhança, como sendo, construção de obra de em concreto e alvenaria, pois uma arquibancada, nesta obra nada mais é que isto.

Dessa forma, a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica, nos termos do edital, ou seja, como sendo os três serviços como um item global, constitui-se em excesso de formalismo que não deve ser prestigiado, tendo em vista que a própria legislação que regula o procedimento licitatório não o exige.

A Administração deve sempre preservar seus interesses quando exigir, no Edital, a apresentação de documentação. Deve sempre lembrar que a finalidade do processo licitatório, dentre outras, é dirigida à seleção da proposta mais vantajosa à Administração e ao interesse coletivo.

Inabilitar a empresa que não apresentar a referida declaração é violar os princípios da competitividade, interesse público, economicidade. Isso sem considerar que não haverá a

**BMB CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

CNPJ 02.687.760/0001-44 - CCE 90606526-67

Fones (42) 3637-1044 / 9 9974-0404

BR 277 - Km 473 - CEP 85350-000 - Nova Laranjeiras - PR
contato@bmbconstrutora.com.br

possibilidade de tornar-se vencedora a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Não podemos deixar de considerar, ainda, o Princípio da Legalidade protegido pelo inciso II do artigo 5º da Constituição Federal que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer, senão em virtude de lei”.

O Princípio da Legalidade possui atividade totalmente vinculada, ou seja, a autoridade administrativa não tem liberdade para praticar atos ou impor condições a apresentação de documentos que não estão estabelecidos na Lei de Licitações.

Desse modo, a Impugnante requer que a redação do Edital seja harmonizada com essa realidade da legislação, de modo que não venha a contrariá-la.

III – Do Pedido:

Diante de todo o exposto, requer que a presente Impugnação seja inteiramente acolhida, a fim de alterar a exigência do Atestado de capacidade técnico para “CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM GRAMA SINTÉTICA, ALAMBRADO E ARQUIBANCADA COM NO MÍNIMO 462 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, como global, para apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica dos serviços de, GRAMA SINTÉTICA COM NO MÍNIMO 462 M², ALAMBRADO PARA UM CAMPO COM NO MÍNIMO 462 M² E ARQUIBANCADA OU CONSTRUÇÃO EM CONCRETO E ALVENARIA EM CAMPO COM NO MÍNIMO 462M². Sendo as parcelas de maior relevância, conforme a exigência da lei 8.666/93 e instruções normativas do Conselho de engenharia ou arquitetura competente.

Nestes termos pede e espera, respeitosamente, deferimento.

Nova Laranjeiras-Pr, 29 de março de 2021.

BRYAN MICHEL BUENO
TIULAR DA EMPRESA BMB CONSTRUTORA
CPF: 078.908.679-48
RG: 8.667.277-4



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

DECISÃO ADMINISTRATIVA DA PREGOEIRA

Sulina(Pr), 09 de abril de 2021.

Em relação à impugnação ao instrumento convocatório pela empresa **BMB CONSTRUTORA EIRELI – EPP** na Tomada de Preços nº 02/2020, **DECIDO CONHECER DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA** e no **MÉRITO INDEFERI-LA INTEGRALMENTE**, uma vez que o critério para o julgamento é **MENOR PREÇO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL**, o julgamento da documentação de habilitação, no tocante ao atestado e/ou declaração deve respeitar o mesmo critério de julgamento da licitação, ou seja, o atestado deverá ser da obra no seu aspecto global, mantendo-se inalterado o edital ora impugnado e dando prosseguimento ao processo licitatório, com abertura da sessão pública designada para o dia **16 de abril de 2021**, às **09:00 horas**. Publique-se nos órgãos oficiais essa decisão.

Ediceia Schaefer Rosa
EDICEIA SCHAEFER ROSA
Presidente da CPL



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021

A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Sulina, nomeada pela Portaria nº 001/2021, torna público, o resultado da impugnação impetrada pela empresa **BMB CONSTRUTORA EIRELI – EPP** na Tomada de Preços nº 02/2020, **DECIDO CONHECER DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA** e no **MÉRITO INDEFERIR-LA INTEGRALMENTE**, uma vez que o critério para o julgamento é **MENOR PREÇO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL**, o julgamento da documentação de habilitação, no tocante ao atestado e/ou declaração deve respeitar o mesmo critério de julgamento da licitação, ou seja, o atestado deverá ser da obra no seu aspecto global, mantendo-se inalterado o edital ora impugnado e dando prosseguimento ao processo licitatório, com abertura da sessão pública designada para o dia **16 de abril de 2021**, às **09:00 horas**.

Sulina, 09 de abril de 2021.

Ediceia Schaefer Rosa
EDICEIA SCHAEFER ROSA
Presidente da CPL